

ANEXO AA - Sindserp e Vereadores cobram do Prefeito, que vai às Associações. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 21 maio 1989, ano I, nº21.

## Sindserp e Vereadores cobram do Prefeito, que vai às Associações

Depois de distribuir pela cidade uma "Carta-Denúncia" reiterando "irregularidades" na administração (diversas já mencionadas em nossas edições anteriores), o Sindicato dos Servidores Municipais esteve representado na Tribuna Livre da Câmara, na noite de 15/5, pelo secretário Luiz Eustáquio Linhares. Ele foi salientando a disposição de passar a denúncias e até a providências judiciais para superar a atitude do prefeito municipal, Antônio Bartolomeu, de desconhecer a legalidade da entidade e conseguiu a formação de uma comissão com vereadores para intermediar negociações junto ao Executivo. Diante a possibilidade de ajudar um mandado de segurança para assegurar o desconto e repasse de mensalidades dos mais de 400 associados.

Ele assegura que a "perseguição" ao Sindserp, inclusive com a emissão do presidente, Carlos Augusto César Martins, tem um "motivo ideológico" e chegou a levar um breve debate com João Sant (PFL) sobre a situação do funcionalismo. Veja tudo em pá-

gina interna, inclusive as iniciativas de diversos vereadores, dividindo-se em indicações de apoio ao prefeito e outras reivindicatórias, principalmente no que diz respeito à remuneração de funcionários. Bartolomeu disse à FOLHA, na tardinha de 15/5, que só vai "tratar do assunto", quando o sindicato estiver "constituído legalmente". Mas Eustáquio garante que a entidade tem legitimidade assegurada pela nova Constituição.

E, enquanto não acontece a negociação com o Sindserp, o prefeito reúne-se, na noite de 23/5, com associações de moradores, clubes de serviços e outras entidades de assistência e promoção social. Em pauta, no plenário da própria Câmara, discussão sobre estatutos do Conselho Comunitário de Ponte Nova, "objetivando auxílio direto à administração". Bartolomeu afirma que, defendendo uma administração realizada junto com a comunidade, espera ter atividades e projetos do conselho, capazes de reforçar o caráter comunitário de sua gestão.



ANEXO BB - Sindicatos se unem pela estabilidade. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 28 maio 1989, ano I n°22. (capa).

# Sindicatos se unem pela estabilidade

Diversas entidades sindicais de Ponte Nova passaram a reunir-se desde 24/5, para discutirem ação comum em defesa da estabilidade no emprego. A primeira reunião ocorreu no salão paroquial da Matriz de São Sebastião. Representantes de vários sindicatos, depois de relacionarem dispensas recentes ocorridas na Fábrica de Papel, São Jorge Auto-Ônibus, Prefeitura, Banco Mercantil, e outros, em função de movimentos reivindicatórios ou grevistas, decidiram pela mobilização de diversas categorias, planejando formas de combater as dispensas.

Os sindicalistas mostravam-se preocupados principalmente com a atitude da Prefeitura Municipal em não reconhecer o Sindiserp - Sindicato dos Servidores Públicos, inclusive demitido seu presidente,

Carlos Augusto Martins, enquanto a vice-presidente, Elizabeth Mateus, era colocada pelo Sammdu à disposição da Administração, dispensada de suas funções de psicóloga. O raciocínio era o de que, prevalecendo a atitude do Prefeito Antônio Bartolomeu, todos os Sindicatos em formação podem ser perseguidos, mesmo estando de acordo com os dispositivos constitucionais, com dispensa daqueles que se evidenciarem como dirigentes.

**PASTORAL OPERÁRIA** - Na próxima edição, divulgaremos também informações de encontro de dirigentes sindicais ponte-novenses com membros da pastoral Operária local, que estiveram recentemente em encontro estadual, entre eles o Padre José Antônio, da Matriz de São Pedro.

ANEXO CC - Prefeitura desconhece leis ao demitir cerca de 50 funcionários. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 30 jul. 1989, ano I, n.3, (capa).

## Prefeitura desconhece leis, ao demitir cerca de 50 funcionários

No fechamento desta edição, em 24/7, enquanto o Prefeito Antônio Bartolomeu viajava a São Horizonte "para buscar aspectos de custos básicos e distribuição do leito de Secretária de Ação Comunitária", conforme informações do chefe de Gabinete, Tarcísio de Castro, a cidade vivia um período de clima hostil em relação à Administração Municipal, por conta das demissões anunciadas nos dias anteriores. E não era para menos. Entre os cerca de 50 demitidos, num período de uma semana, estavam ex-diretores do Sindicato dos Servidores Municipais (que, por lei, têm estabilidade por um ano) e integrantes da chapa derrotada na recente eleição da entidade.

Tudo acobertado com a justificativa de "enxugamento da máquina para acabar com o inchamento deixado pela administração anterior", dizia o Secretário da Fazenda, Roberto Gans, pela Rádio Ponte Nova. Ele admitia que o ideal seria fazer até trezentas demissões, evitando a perseguição política, que os sindicalistas acusavam. Segundo o ex-candidato a presidente do Sindicato Luiz Eustáquio Linhares, a perseguição ficou patente, quando ele, sendo médico, foi demitido do Sammu,



Em 21/7, o Prefeito Bartolomeu (de óculos) recebeu toda a diretoria do sindicato em seu gabinete: justificou dispensas como forma de cumprir a constituição (65% do orçamento para a folha de pagamento). O presidente do Sindserp acabou concordando com os critérios, revelando pela Rádio Ponte Nova que a administração anterior criou o empreguismo e as dispensas são para normalizar a situação.

que já contratou outros três profissionais no mesmo período de tempo. Para outra ex-diretora do sindicato, Elizabeth Mateus, sua dispensa como psicóloga fica em cheque, quando a Prefeitura contratou uma psiquiatra.

O mais grave de tudo surgiu no depoimento do advogado Antônio César Gonçalves Pereira. Depois de reiterar a nota de protesto do diretório do Partido dos Trabalhadores contra a perseguição de sindicalistas, assinada pelo presidente do diretório, José Alfredo Padovani, ele re-

lembrou a existência da lei federal 7773, de 7/6/89, vigorando um mês depois, para regulamentar as eleições presidenciais e proibir demissões e contratações, a não ser por concurso público, até o final do mandato do presidente Sarney.

"Trata-se de mais uma medida arbitrária de uma administração que tenta jogar a imagem de comunitária, mas só atende a interesses conservadores", dizia Beth Mateus, assinalando que "estamos pagando o preço pelo fato da maioria ter votado

no PFL, na direita". Ela confirmava a reunião de diversos dirigentes sindicais da cidade, em 27/7, para iniciar movimento de resistência contra a Administração Municipal. Por outro lado, a situação criada em Ponte Nova chegava à Assembleia, dias antes, com pronunciamento do Deputado Agostinho Valente (PT), denunciando pressões da Prefeitura nas eleições e na demissão de funcionários e sindicalistas.

Veja mais informações em página interna.



ANEXO DD - Justiça reintegra os demitidos. Gazire deixa Fazenda e o DMAES. **Folha de Ponte Nova.** Ponte Nova: 20 agost. 1989, ano I, n.34, (p.02).

Prefeitura:

## Justiça reintegra os demitidos. Gazire deixa Fazenda e o DMAES

O Oficial de Justiça, Geraldo Antônio Rosa esteve, em 15/08, na Prefeitura Municipal, para formalizar a reintegração de 13 demitidos, pelo prefeito Antônio Bartolomeu, depois da vitoriosa eleição da lei eleitoral, que proíbe dispensas ou admissões, no serviço público, até o fim do mandato do Presidente da República, José Sarney. Além destes, outros trabalhadores já estão na justiça, para garantir a volta ao serviço, além dos ex-diretores do Sindicato dos Servidores Municipais - Sindserp - Luiz Eustáquio Linhares e Elizabeth do Nascimento Mateus, que têm estabilidade até julho de 1990.

"Trata-se de atitude vergonhosa ter que contar com despacho judicial para garantir o emprego", comentava o ex-candidato a presidente do Sindicato, Luiz Eustáquio, enquanto o Prefeito Antônio Bartolomeu dizia, ao chegar à Prefeitura: todos voltam, vamos cumprir a lei. Sua lacônica observação surgia em meio à notícia da demissão do Secretário de Fazenda, Roberto Gazire. Demitindo-se, também, da presidência do Conselho Deliberativo do DMAES-Departamento Municipal de Água, Esgoto e Saneamento, Gazire disse, à imprensa, que se mantinha na Frente Liberal Trabalhista, afastando-se da administração, apenas, por causa dos "compromissos particulares".

Em meio a estas novidades de uma terça-feira atribulada, Bartolomeu disse à FOLHA, pelo telefone, que entendia a decisão de Gazire e ironizava: "Mesmo porque não há dinheiro para a Fazenda administrar. A Prefeitura está, apenas, cumprindo suas obrigações com folha de pagamento e manutenção da cidade. Não há o que investir", ad-



*O oficial(esq) e os demitidos: reintegração*

mitia ele, assegurando a permanência do assessor jurídico, Mauro Moreira dos Santos, no lugar de Gazire. E garantia a volta ao trabalho dos reintegrados, sublinhando não ter demitido em perseguição política, como acusavam os sindicalistas.

"A perseguição é notória", retrucava Linhares defronte à Prefeitura. Pelas suas contas, só uma "formiguinha" foi dispensada e, justamente, a integrante da Chapa Dois. No SAMMDU, oito demitidos, todos da chapa oposicionista, incluindo Linhares e Elizabeth. Ele considera, por outro lado, a continuidade de admissões, sem concurso público, até em substituição aos demitidos, jogando por terra o raciocínio de "corte na folha de pagamento". Conforme seu entendimento, continua o movimento pelo cumprimento da Constituição, das leis trabalhistas e de princípios básicos de democracia, "atropelados pela Administração Municipal".

Acusações à parte, não poderia ser mais incômoda a decisão do Juiz trabalhista, Jalles Valadão Cardoso, determinando a reintegração, "oportuna até do ponto do interesse público", pois evita-se a "remuneração sem o trabalho", coisa que, certamente, aconteceria, no encaminhamento da ação trabalhista, impetrada pelo advogado Antônio César Gonçalves Pereira. Ele e outro advogado, José Geraldo

Moreira Leite, foram contratados depois da movimentação dos demitidos, pela diretoria do Sindserp, também, para assessorar na discussão do Plano de Cargos e Salários, já numa assembleia ocorrida, na noite de 15/08. O presidente, Luiz Henrique, externou a solidariedade para com os demitidos, apenas alguns dias depois da prefeitura haver homenageado a Ministra do Trabalho Dorothea Fonseca Werneck e ter incluído, entre os demitidos, uma grávida, como é o caso de Valdevez da Penha Rafael.

Pelas informações da Prefeitura ao Sindserp, de janeiro a julho, foram 216 demissões e 38 admissões. O Prefeito admitiu, pela Rádio Ponte Nova, não haver novas dispensas em função da legislação, embora considerasse crítica a situação do orçamento mensal da municipalidade, principalmente, pelo "inchaço" da relação de empregados, promovida no final da gestão Sette de Barros. Na sua saída, Gazire, também, comentou o fato de ter passado alguns meses, à frente da Fazenda, administrando os "erros" do ex-Prefeito, mencionando volumoso débito inclusive com encargos sociais. Mas, para os críticos e os dispensados, ficava a marca do desconhecimento da estabilidade funcional, numa administração que se auto-declara essencialmente comunitária.

**misteriosa**  
**artejador**

difficil esclarecer o caso. Afinal, encontrando o corpo mutilado (sem órgãos genitais, orelha, mão direita, dedo da outra mão) e com vários cortes pelo corpo, boiando no Rio Piranhas, nas or-



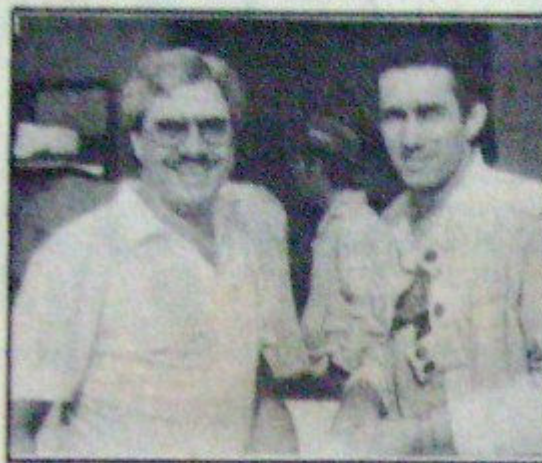
ANEXO EE - Sindserp: chapa 2 denuncia ação da Prefeitura. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 09 jul. 1989, ano I, nº28, (p.04).

## Sindserp: chapa 2 denuncia ação da Prefeitura

Definida a eleição do Sindiserp-Sindicato dos Servidores Municipais, com vitória da Chapa Um com 214 votos contra 117 da Chapa Dois, surgiram, depois do pleito denúncias, do candidato a presidente, Luiz Eustáquio Linhares, de pressões de chefes sobre funcionários do pátio, DMAES, Samandu e administração embora reconhecendo que a presença de 90% dos eleitores nas urnas tenham dado inegável representatividade às eleições. Ele e outros integrantes da Chapa derrotada denunciaram, todavia, que pelo menos quatro veículos chapa branca da Prefeitura foram vistos transportando trabalhadores/eleitores para as urnas, mencionando as placas 8113, 6637, 3390, 3388.

De sua parte, o candidato vitorioso, Luiz Henrique de Souza, negava que houve apoio da Prefeitura à sua chapa, mencionando inclusive a ausência do material de propaganda "por falta de dinheiro". Não tivemos apoio, pois não podemos ficar de "rabo preso" com a administração, disse à imprensa, depois de divulgado o resultado final das eleições. Mas observadores como José Carlos Padilha Areias, do Sindicato dos Professores-BH, estando na cidade para reunião de trabalho da entidade, comentou para a FOLHA que achou estranho a presença dos chefes junto a mesários e eleitores até na sala de votação. Ele disse ter conhecimento de pressões ostensivas na boca de urna e veladas, como foi o caso da presença do Prefeito Antônio Bartolomeu no Pátio, enquanto a maior parte dos operários compareciam para votar.

Outro aspecto a ser considerado como de influência, foi a presença até da Polícia Militar no Pátio, logo pela ma-



*Linhares e Luiz Henrique: disputa e denúncias*

nhã, dizem os integrantes da Chapa Dois. "A prefeitura deveria ter uma posição no processo eleitoral disse Padilha. Logo depois do fim da apuração, encaminhada por José Geraldo Leite, vice-presidente do Sindicato dos Bancários, auxiliado pelos advogados Mauro Moreira dos Santos e Antônio César Gonçalves Pereira e com observação de Waldir Fonseca, da Subdelegacia do Trabalho, integrantes da Chapa Dois temiam pela perda do emprego, sendo informados que a Constituinte garante um ano de estabilidade para os concorrentes às eleições sindicais.

### ESCLARECIMENTO

O Sindiserp divulgou, antes da eleição, nota desmentindo declarações do vice-presidente eleito, Jéferson Gomes Ferreira, à FOLHA de 18/07 comentando atraso de pagamento de funcionária da entidade. Diz o Sindicato que a acusação não procede porque não tem empregados, vendo tal declaração como "irresponsável e improcedente".



ANEXO FF - Na posse do Sinserp defesa da liberdade sindical. Folha de Ponte Nova. Ponte Nova: 23 jul. 1989, ano I, nº30, (p.10).

## Na posse do Sinserp, defesa da liberdade sindical

Numa concorrida cerimônia, realizada na Câmara Municipal, tomou posse na noite de 24/7 a nova diretoria do Sinserp — Sindicato dos Servidores Municipais, tendo à frente Luiz Henrique de Souza. Em seu discurso, ele frisou que sua missão será a de mostrar que não está aliado à Prefeitura, conforme foi denunciado em campanha eleitoral.

Ele admitiu que muitos funcionários passam por privações e que deve lutar pela melhoria das condições salariais dos funcionários, enquanto conta com sensibilidade da administração para com a questão sindical.

Já na abertura dos trabalhos, o ex-presidente Carlos Augusto Martins lembrou outra missão do sindicato pontonense: lutar para que servidores de prefeituras da região possam também se organizar. O ex-candidato a presidente, Luiz Eustáquio Linhares, considerou em seu pronunciamento que sua gestão como diretoria provisória tratou de garantir direitos básicos aos funcionários, tendo



O ex-presidente Carlos Augusto, e o atual, Luiz Henrique

atuado também no momento da greve relâmpago do Pátio, como fator de reajuste salarial estendido depois a todo o funcionalismo.

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Juiz de Fora, José Luiz Oliveira, disse que o sindicato tem, ainda como missão, participar de movimentos populares e políticos para defesa dos interesses gerais da população. Defendeu o concurso público para admissão, e início de luta pelos que foram ilegalmente demitidos. De sua parte o dirigente da Central

Única dos Trabalhadores, Fernando Cabral, frisou que no movimento sindical atual não pode ter espaço para sindicatos pelegos, sob pena das categorias atropelarem estas instituições.

De sua parte, a dirigente do Sindicato dos Psicólogos, clamou todos a lutar pela reativação do serviço de psicologia do Sammdu, de onde foi afastada a sindicalista Elizabeth Mateus. Beth falou na sequência, reforçando a necessidade de ação intersindical na região, enquanto a nível local, deve-se acabar com a prepotência patro-

nal. Representando a Ordem dos Advogados, José Gonçalves Moreira exortou os sindicalistas a lutarem "sem medo" pelos interesses da categoria. Já o vereador José Buena, reconheceu a grande luta da diretoria provisória em garantir a legalidade da entidade.

O Prefeito, assistiu à posse, junto com o chefe de Gabinete, Tarcísio de Castro, o secretário da Fazenda, Roberto Gaire e o assessor especial José de Souza Mota. O evento contou com dirigentes de outros sindicatos da cidade, além de representantes de entidades comunitárias.

ANEXO GG - Presidente do Sindserp deixa o cargo. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 25 agost. 1990, ano II. N. 86. (p.03).

## Presidente do Sindserp deixa o cargo

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais - SINDSERP - Luiz Henrique de Souza, renunciou ao seu cargo em 20/08, alguns dias depois de tumultuada assembleia realizada no Salão Paroquial da Matriz de São Sebastião, com cerca de 70 trabalhadores. "A pressão foi demais. Os servidores querem um presidente com formação política e eu sou uma pessoa de bom senso, não sei ir para o confronto", admitiu ele à FOLHA. Com a sua decisão, foi adiada a assembleia prevista para 22/08. Seu vice, Daniel Silva Oliveira, deve convocar a categoria para eleição de uma junta governativa encarregada de convocar novas eleições em 90 dias.

A crise da entidade começou desde a eleição da primeira diretoria, há 14 meses atrás, quando venceu a chapa de Luiz contra a chapa encabeçada pelo médico Luiz Eustáquio Linhares. A Prefeitura foi acusada de apoiar os vencedores, o que foi negado. Mas para os operários, o presidente é "patro-

nal", como ele próprio comentou na assembleia, esforçando-se para mostrar o contrário: propunha discussão sobre o direito de recebimento do abono de Cr\$ 3 mil na folha salarial de agosto, fazia pressão para a efetivação do Plano de Cargos e Salários, que tem prazo final de apresentação em 24/08.

Mas, para Linhares, hoje na Justiça Trabalhista para garantir o emprego do qual foi demitido, a chapa vitoriosa teve apoio oficial na formação, inclusive tendo, como diretora, a atual secretária de Administração, Lolia Dias Jorge, eventualmente representante patronal na Junta de Conciliação e Julgamento. Ele acusou a ela e a outros diretores de nunca comparecerem nas reuniões da entidade, propondo o desligamento de todos, mas mantendo Luiz Henrique na presidência, para concluir seu mandato. De sua parte, o dirigente temia "esvaziamento maior", com a desfiliação em massa, entendendo que, se os diretores fossem demitidos, ele também deixaria



Linhares e Luiz, no centro da polémica.

livre o cargo, para permitir renovação total.

A polémica ganhou um tempero extra: Linhares, diretor do Sammda na Administração passada, foi acusado de "fazer política" com o Sindicato.

Ex-candidato a vice-prefeito na

chapa do padre Ademir Ragozzi, opo- do-se ao atual prefeito, teria se omitido na questão sindical até a mudança do Executivo. "Não fui omissivo, cisse etc. No primeiro semestre de 88, eu estimei a fundação da Associação dos Servidores e estive no processo de estruturação do Sindicato, inclusive com cargo na diretoria provisória".

Linhares teve discussão com Est- ter Guimarães, quando acusou seu ma- rido, Joaquim Guimarães, de ser "pel- xinho" do prefeito, ganhando o cargo de diretor do Dmaes pelo apoio à chapa vitoriosa. Ester, que foi dirigente da Associação de Professores Municipais, negou a acusação, denunciando que, na Administração passada, os salários eram piores que atualmente. "Hoje, estamos no céu, embora existam coisas a serem melhoradas". E, segundo ela, nunca viu Linhares defender os traba- lhadores. Linhares também negou, de- clarando-se sindicalista e incluindo-se no grupo de pessoas que viabilizou a criação do Sindicato.



ANEXO HH - Prefeitura assina convênio com a Cohab para construção de 200 casas populares na Tijuca. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 06 jul. 1991, ano III, (p.04).

## *Prefeitura assina convênio com a Cohab para construção de 200 casas populares na Tijuca*

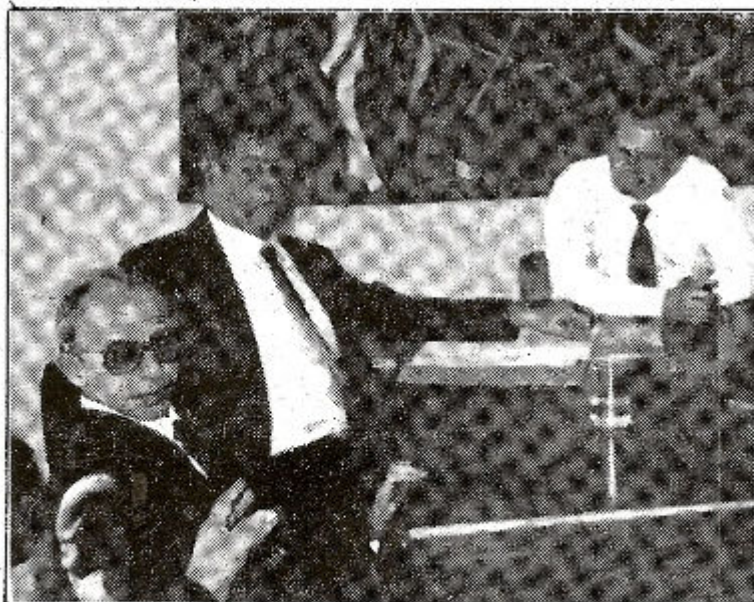
Foi assinado em Belo Horizonte, em 28 de junho passado, convênio entre a Prefeitura Municipal de Ponte Nova e a Cohab—Cooperativa Habitacional de Minas Gerais, prevendo a construção de 200 casas populares em nossa cidade. A solenidade reuniu no gabinete do pre-

sidente da Cohab, José Roberto Vasconcelos Novaes, o prefeito Antônio Bartolomeu, acompanhado dos vereadores Geraldo Abdalla, José Januário e do presidente da Câmara Municipal Wilson Carvalho e Silva. Participaram do ato o deputado estadual Ronaldo Vasconcelos e o diretor

da Cohab, Joãozinho Carvalho, além de assessores e técnicos daquele órgão público estadual.

Segundo informações do presidente da Cohab, José Roberto, as obras de construção das 200 moradias para famílias de baixa renda terão início dentro de 120 dias. "No prazo aproximado de 120 dias, será iniciada a construção de outras unidades para atendimento a famílias de baixíssima renda", adiantou José Roberto, que é pontonense e irmão do deputado Ronaldo. Essas casas poderão ser erguidas em áreas que a administração municipal deve colocar à disposição para o projeto da Cohab.

O diretor da Cooperativa, Joãozinho Carvalho, informou, ainda, que estão sendo providenciados levantamentos técnicos para a legalização dos documentos de lotes no distrito de Vau-açu, os quais serão entregues definitivamente aos seus proprietários. Também no distrito de Oratórios, os proprietários de casas populares receberão, brevemente, documentação da posse definitiva de suas moradias.



*Após a assinatura do convênio, o grupo discutiu a questão habitacional em Ponte Nova. O prefeito Bartolomeu, o então presidente da Câmara, Wilson Carvalho e Silva, e o presidente da Cohab, José Roberto aparecem no destaque.*



ANEXO II - Centenas de pessoas vão em busca da casa própria. **Folha Ponte Nova.** Ponte Nova: 27 jul. 1991, ano III, n.133 (capa).

## Centenas de pessoas vão em busca da casa própria

Desde a semana passada uma enorme fila tem-se formado em frente ao prédio da Prefeitura pontonovense para inscrições no programa de financiamento de casa própria da Caixa Econômica Federal (CEF). As casas serão construídas no bairro Cidade Nova.

A procura tem sido muito grande, revelou uma funcionária da Secretaria Municipal de Ação Social (responsável pelas inscrições), chegando a atender cerca de 200 candidatos por dia. A maioria, porém, não tem atendido os requisitos básicos exigidos

pela Caixa, principalmente com relação à faixa salarial. Também têm aparecido muitos candidatos com mais de 55 anos de idade e aposentados, que fogem dos padrões estabelecidos pelo agente financeiro. As casas terão 05 cômodos, mas os proprietários poderão aumentá-las, pois os lotes possuem 200m<sup>2</sup> de área.

A expectativa por parte dos candidatos são das melhores e a maioria acredita que dessa vez irá conseguir uma casa — “o maior sonho da família”. Uma pessoa da fila reclamava com relação à faixa salarial exigida na inscrição. Segundo ela, os salá-

rios pagos em Ponte Nova são muito baixos, o que dificulta a aquisição de casa via financiamento bancário. Muitos nem sabiam onde serão construídas as casas, mas não estavam nem um pouco preocupados com isso. “O lugar não importa, o que eu quero mesmo é deixar de pagar aluguel”, revelou uma senhora.

A assistente social da Secretaria Municipal de Ação Social, Izabel Pimentel, explicou que essa é uma inscrição preliminar, pois posteriormente a Caixa Econômica Federal irá convocar os candidatos inscritos para conferir os dados fornecidos.



Jo-  
en-  
con-  
arfil  
até  
reré  
tre  
Ju-  
No-  
sda,  
Jo-  
ove  
as  
film  
les.  
mte  
lica  
liaa  
do-  
ne

0

o  
a  
r  
de  
p  
r



ANEXO JJ - Prefeito vai ao presidente da Cohab. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 27 jul. 1991 ano III, n.133, (p.09).

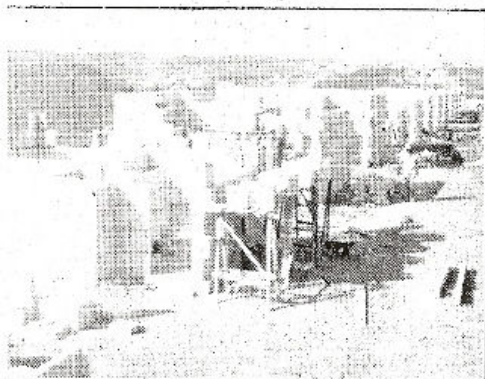
## Prefeito vai ao presidente da Cohab

O presidente da Cohab, José Roberto Vasconcelos, recebeu mais uma vez o prefeito Antônio Bartolomeu, na segunda quinzena de julho, num encontro destinado a avaliar os projetos de habitação popular na cidade. A preocupação de Bartolomeu está na constatação de que 275 pessoas inscritas no plano de moradias, iniciado em 18/07 e encerrado ontem (26/07), não preenchem um dos requisitos básicos para

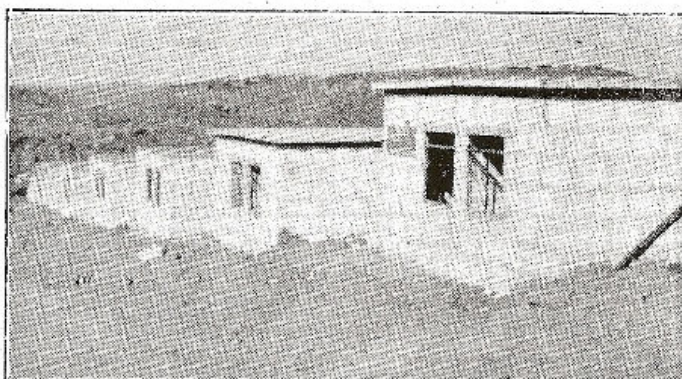
se habilitarem a financiamentos: não têm renda de até 2,7 plos salariais. Até 23/07, 179 dos 454 inscritos atendiam a expectativa, com renda entre 2,7 e 5 salários, sendo que a proposta é de construção de 200 casas no bairro Nova Cidade, a partir de projetos da Construtora Corpus.

O prefeito admitiu que recebe "pressões" para que o conjunto habita-

cional previsto para o bairro Tijuca não seja voltado para famílias de baixa renda. Mas em função da constatação de que não são todos os interessados que têm renda mínima para projetos como o da Nova Cidade, estuda proposta de implementação de um conjunto de pequenos prédios na Tijuca. Ela informou que a Prefeitura continua trabalhando na construção de outras moradias no bairro São Geraldo.



...foram conhecer as casas em obras.....



....e já construídas no bairro São Geraldo



ANEXO KK - Lei n.1.372 de 13 de Novembro de 1986: Autoriza o Executivo a permutar com a Hércules Imobiliária Ltda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE NOVA

CEP 35.430 — ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1.372

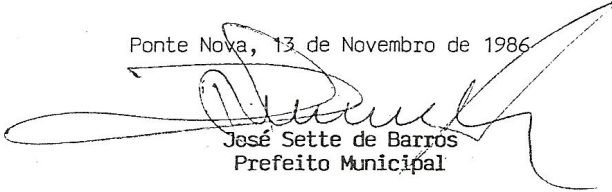
- Autoriza o Executivo a permutar com a Hércules Imobiliária Ltda. -

A Câmara Municipal de Ponte Nova decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a permutar, com a Imobiliária Hércules Ltda., a conclusão das obras do loteamento denominado Bairro Novo Horizonte, desta cidade, e pertencente a referida imobiliária, recebendo em contrapartida 20% (vinte por cento) dos lotes que serão doados à Município lidade.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta lei em vigor na data de sua publicação.

Ponte Nova, 13 de Novembro de 1986

  
José Sette de Barros  
Prefeito Municipal

A presente Lei foi afixada em lugar de costume e levada à publicação -

Nov. 86

*Carolina Luciana de Castro*



ANEXO LL - Ex-Ministro visita região. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova, 01 de out. de 1989. ano I n°40.

## Ex-ministro visita região

Afirmando que sua visita à região não tinha caráter político, e, sim, rever velhos amigos e obras executadas, quando ainda, era Secretário Especial de Ação Comunitária, o ex-Ministro Aníbal Teixeira, acompanhado do Coordenador do Programa de Leite da SEAC - Antônio Brant - esteve, no dia 21/09, visitando as cidades de Urucânia, Piedade de Ponte Nova, Amparo do Serra e Ponte Nova.

Ex-Ministro do Planejamento, no Governo Sarney, Aníbal foi alvo de uma CPI do Senado, atribuindo-lhe desvio de verbas para inúmeras Prefeituras do interior. Hoje, contudo, mesmo afastado das rodas políticas, vem apoiando a candidatura Collor de Melo. "Este apoio deve-se ao fato de devermos dar oportunidade aos políticos mais novos", justificava-se.

Na região, Aníbal foi recebido pelo Nelito e Maria da Glória Mayrink, ex-Prefeitos de Urucânia. No almoço, oferecido pelos anfitriões, compareceram, ainda, o atual Prefeito de Rio Doce - Israel Martins -; o ex-Prefeito de Rio Doce - José Dias Pereira; o Delegado do município - Nelson Antônio de Castro; o médico Waltencir Parizzi; o empresário e filho dos anfitriões - Danilo Mayrink, e o Vereador Nelson Meneses Mayrink.

Em sua passagem pela cidade, Aníbal aproveitou para conhecer de perto algumas das obras conseguidas, junto ao SEAC, pela ex-Prefeita Glorinha, além de uma visita ao Santuário, onde encontram-se depositados os restos mortais do Pe. Antônio Ribeiro Pinto.



*Glorinha, Aníbal e Manoel: reencontro de amigos*

De Urucânia, Aníbal e Antônio Brant seguiram para Piedade de Ponte Nova, visitando a creche "Luzia dos Passos" e o conjunto de casas populares, sempre acompanhados pelo ex-Prefeito Antônio Brum. Em Ponte Nova, visita-

ram as 70 casas populares do Bairro Novo Horizonte, seguindo para Amparo do Serra, agora juntos com o Vereador pontenovense João Brant, onde eram esperados pelo atual Prefeito Raimundo Bellico Sobrinho.



ANEXO MM - Mutirantes do Bairro Novo Horizonte reivindicam conclusão do conjunto habitacional. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 28 de maio de 1989. ano I, nº. 22.

## “Mutirantes” do Bairro Novo Horizonte reivindicam conclusão de conjunto habitacional

Os Mutirantes da Sociedade Comunitária Habitacional do Bairro Novo Horizonte estarão reunidos em 2/06, às 19:00 horas, no Salão Paroquial da Igreja de São Pedro. Na pauta de discussões, a reivindicação dos moradores de reativar as obras de conclusão do conjunto habitacional do Bairro, iniciado na gestão do governo anterior.

Na oportunidade, estarão sendo eleitos os representantes dos Mutirantes no Conselho Comunitário que administra a referida Sociedade. Integram ainda a “Sociedade” dois representantes da Prefeitura e um da SEAC — Secretaria de Assuntos Comunitários da Presidência da República.

De acordo com os representantes da comissão organizadora da reunião, já foram convidados para participar o Prefeito Antônio Bartolomeu e seu vice Edy Melo Castanheira.



*Já no Bairro São Pedro continua a frente de trabalho coordenada pela Associação local. O Prefeito esteve no Bairro em 21/05, para inauguração da terraplanagem do campo “Carecão”. Na foto, ao fundo, as casas populares do Novo Horizonte.*

### Indicações na Câmara



ANEXO NN - Começa Mutirão das Casas Populares. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 25 jun. 1989. ano I nº25.

# Começa mutirão das casas populares

Está sendo reativado, em 24/6, logo cedo, o mutirão para término da construção das 70 casas do Conjunto Habitacional Novo Horizonte, paralisado desde o ano passado. O trabalho é resultado da organização dos mutirantes em entidade presidida por Maurício José Rolim, que teve seguidas reuniões e encontros com o prefeito Bartolomeu e o vice Edy Melo Castanheira. A última delas foi em 14/6, quando o Chefe do Executivo anunciou que a Prefeitura deve custear a obra. A organização dos mutirantes conta com assessoria da Pastoral Operária e Secretaria do Trabalho/Ceaps.

Em 24/6, os trabalhos começam depois de missa celebrada às 7h30min pelo padre José Antônio. A municipalidade deve arcar com despesas de infraestrutura água, luz, esgoto, e com material básico para as moradias (tanques, vasos sanitários, pias, caixas d'água, etc), enquanto as famílias entram com mão-de-obra.

## ORATÓRIOS E TRIÂNGULO

Na semana passada, o presidente da Associação de Apoio Comunitário do Conjunto Habitacional de Oratórios, Adão Pedro de Paula, esteve no escritório da Secretaria do Trabalho/Ceaps, buscando orientações para projetos comunitários. O Conjunto foi inaugurado na administração Sette de Barros, depois de mutirão dos moradores, na sua maioria funcionários da Jatiboca. De sua parte, o vereador e membro da diretoria da Associação Comunitária do Triângulo Novo, José Enfermeiro, está em busca de projeto de melhoria de ca-

sas populares naquele bairro, anunciando apoio do deputado Felipe Néri e assessoria da Setas/Ceaps.

## CRECHE E NOVA ENTIDADE

Na semana passada, a FOLHA conseguiu a informação de que a Creche "Gabi Saltarelli", inicialmente programada para o Bairro São Pedro, deve ser implantada no Triângulo Novo, em terreno e obras (já iniciadas) doados por Jurandir Maciel e que já estavam em andamento na Administração Sette de Barros. De sua parte, a dirigente da escola Arte e Movimento, Virgínia Bartolomeu Martins, movimentava-se pela criação de uma nova entidade, a qual deve dedicar-se especialmente à construção de uma "Casa de Abrigo à Velhice".

## POSSE NA SANTA TEREZA

Já em 16/6, tomou posse oficialmente o presidente da Associação do Bairro Santa Tereza, Carlos Henrique Correa, eleito no ano passado, mas com problemas de encaminhamento da oficialização do processo eleitoral. Ele e os demais diretores foram empossados pelo pai e ex-presidente Lélío, e pelo ex-secretário Fábio, numa cerimônia ocorrida na Escola "Cantídio Drumond", com presença do vereador Osvaldo Donato e do vice-prefeito Edy Melo Castanheira. Edy, por sinal, prometeu empenho na construção de mais uma passarela sobre o Ribeirão Vau-Açu nas proximidades da escola, ligando a Vila Oliveira a Santa Tereza. A entidade, por sua vez, deve encaminhar abaixo-assinado pela ampliação da escola.



ANEXO OO - Debatidos os problemas do Bairro de Fátima. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova, 19 nov. 1989. ano I, n.47 p.03.

## Debatidos os problemas do Bairro de Fátima

O Estado deverá liberar recursos do PADEM - Programa de Atendimento ao Desenvolvimento dos Municípios - para custear aluguel das oito famílias, que moram, desde a enchente de 1986, no Grupo Escolar do Bairro de Fátima. A informação foi passada, pelo Deputado Felipe Nérl, a cerca de cem pessoas, que estiveram na Capela daquele bairro, na manhã de 12/11, para discutir com ele e outras autoridades, os principais problemas do bairro. No caso destas famílias, a saída da antiga escola é necessária para que o prédio, sendo doado ao Governo de Minas, possa ser reparado para a implantação de estabelecimento de ensino, conforme reivindicação da comunidade local.

Os moradores esperam o funcionamento da nova escola a curto prazo e escolheram uma Comissão para administrar, com a Prefeitura, o aluguel por um ano, período no qual o Prefeito Bartolomeu deverá viabilizar moradia para o grupo de pessoas, que vive em condições precárias. O Presidente da Câmara, José Silvério Felício da Cunha, que também é médico, assumiu compromisso de retornar ao Posto Médico do bairro, semi-desativado por problemas diversos, inclusive, ameaças a Silvério, por causa do atendimento. Ele apontou questões, como depredações no prédio, furto de material clínico e até o encontro de feto na caixa d'água. Há a proposta de transformar o Posto num mini-SAMMDU.

### DIRETORAS DE ESCOLAS

O Deputado Domingos Luma, autor de projeto (vetado) criando no bairro



Autoridades e convidados foram ao Bairro

propor uma "caixinha" para pagar a moradia das oito famílias, para viabilizar a reestruturação da escola, admitida pelo Diretor da Delegacia Regional de Ensino, Antônio Ernesto de Paula. O único atrito maior ficou por conta da discussão entre Felipe e Auxiladora Costa, do Movimento Negro "Ganga Zumba". Ela manifestou sua preocupação com relação à

Diretora da futura escola, mencionando "experiências amargas" em outras escolas da cidade. Felipe discordou rapidamente, ressaltando seu "critério" na nomeação das Diretoras e acrescentando que, a partir de agora, haverá concurso para a escola. Quanto às "experiências", ele disse

vocar as famílias das "casas populares" para auxiliar, em regime de mutirão, na construção de novas casas para o Bairro de Fátima.

### BENEFÍCIOS DA SEHAC

O Representante Regional da Secretaria de Habitação e Ação Comunitária, Antônio Brant, antecipou, em sua intervenção, a implantação do Programa de Distribuição de Leite para as crianças carentes, dentro de um mês. Informou ter repassado à Prefeitura R\$ 80 mil para a conclusão das casas do Novo Horizonte, E, segundo ele, pode haver recursos para loteamento urbano. Um dos moradores, Adão, propôs adoção de legislação municipal proibindo fumar nos hospitais.

Picaram sem discutir assuntos como: creche, área de lazer no bairro, rede de esgoto, canalização do Córrego Grande (se bem que João Diogo propôs, ao menos, levantamento do nível da ponte local), limpeza de ruas e capinas, calçamento de ruas, construção de escadarias e de muros de arrimo, além de canalização de águas pluviais. Junto com as autoridades mencionadas, estavam no bairro, em 12/11: o Vice-Prefeito, Edy Mello Castanheira; os Vereadores João Brant, Osvaldo Donato, Geraldo Abdalla, José Rubens Tavares; o Diretor do DEMEC - Geraldo Xavier; o Secretário da Fazenda - Roberto Gaziero; o Presidente da Associação do Bairro São Pedro - Zoca; e Roberto "Santo" Jesus, do Bairro de Fátima. O encontro foi coordenado por Pe-

Auxiladora retrucou que não estava polemizando; nem falava em nome de partido (ela revelou depois não ser filiada a nenhuma agremiação partidária).

Durante a reunião, foram levantados ainda problemas referentes à má qualidade da água consumida pela população e questões relativas ao atendimento em transporte coletivo. O Prefeito Bartolomeu informou que 30% dos bairros de Fátima e São Pedro já têm água tratada e o projeto da municipalidade é ampliar totalmente, como forma de liberar, depois, o Parque Florestal Tancredo Neves (Passa-Cinco) para lazer comunitário. O advogado João Diogo Drummond pediu mais presença do Chefe do Executivo nas reuniões.



ANEXO PP - Novo Horizonte: enfim, posse das casas. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 25 fev. 1990. ano II, nº61.

## Novo Horizonte: enfim, posse das casas



A missa, com as casas ao fundo: coroando o duro trabalho dos mutirantes.

Sob o forte sol da tarde de 17/02, as famílias de mutirantes do Bairro Novo Horizonte tomaram posse de suas casas, construídas num penoso trabalho, que se arrastou desde janeiro de 1987, quando a SEHAC - Secretaria de Ação Comunitária-liberou recursos para 200 casas populares. Até os próximos 30 dias, apenas 70 delas estarão finalmente construídas, enquanto começa a terraplanagem para se erguer mais 20. Mas, mesmo com os problemas que geraram a redução, representantes das 70 famílias (somando 400 pessoas) acompanharam a Missa, celebrada pelo Padre Gilson, e a manifestação do Prefeito, Antônio Bartolomeu, e do Agente da SEHAC, Antônio Brant, com um brilho de vitória nos olhos.

Para Brant, apesar dos atrasos no cronograma da obra e até mesmo da redução das unidades, o mutirão foi vitorioso pelo esforço das pessoas envolvidas. Ele comentou que em função de problemas na aplicação dos recursos, a obra foi paralisada logo depois da liberação da verba, "não sei por

que". E, depois de muita luta, quando os trabalhos foram retomados, os recursos não eram mais suficientes para concluir as moradias na gestão do ex-prefeito Sette de Barros. Daí, a Secretaria esperou a posse do novo Prefeito para reinjetar recursos, viabilizando o fim de pelo menos 70 casas. Mas a SEHAC, segundo ele, contribuiu para aquisição de bombas para o DMAES, construção de galpão em Lage do Piranga, e, proximamente, implantando o Programa de Distribuição de Leite na cidade.

Segundo o presidente do Conjunto Habitacional, Maurício José Rolim, sete casas foram concluídas e mais 30 moradores tomam posse agora, faltando a conclusão das restantes. Ele se diz orgulhoso do esforço para viabilizar a casa própria para essas pessoas, embora reconheça que o problema habitacional da cidade exija um número muito maior de moradias.

Ele espera, agora, o fornecimento regular de água e a implantação da rede elétrica, dentro de 30 dias.

Para o Prefeito, esta solenidade foi de muita alegria. Ele reconhece que o povo esteve desiludido, em certo período das obras. E mesmo sendo casas simples, não há dinheiro nem crítica que pague a alegria de ter contribuído para um mínimo de bem-estar para dezenas de famílias. "Um homem público é denunciado de pecador e, se é, um momento desse mostra que o perdão está chegando, porque a alegria é muito grande". Ele espera concluir mais casas para a população carente em regime de mutirão, pois sabe que 70 moradias não resolvem o problema habitacional da cidade. Ele comentou que o orçamento municipal exige investimento nas obras anexas ao Anel Rodoviário, como urbanização da Rua Guanabara, Avenida Triângulo-Rasa, ligação da Cerâmica ao Corte de Pedra, mas, tendo recursos, deve priorizar as casas.

Para a agente da Pastoral Operária, Dodora Costa, o mutirão comprovou que é possível ter organização popular para um objetivo tão importante. Ela acompanhou todas as fases e relatou as dificuldades em conseguir equipamentos, os canos, a parte elétrica, e não hesita em considerar que tudo foi resultado de conquista dos mutirantes. A força da união deles, negociando com o poder público, superando divergências, foi essencial para garantir as moradias, ainda que em número aquém do esperado.



ANEXO QQ - Moradores vão à justiça contra Prefeitura. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 10 jul. 1990, ano II. n. 75. (capa).

## Moradores vão à justiça contra Prefeitura

Cansados de esperar uma definição por parte da Prefeitura Municipal, moradores e proprietários de lotes no bairro Novo Horizonte partem agora para uma medida mais enérgica, ingressando na Justiça para garantir a urbanização das ruas, assegurada no contrato de compra e venda fornecido pela imobiliária na época do negócio. Segundo os proprietários, o prefeito ante-

rior, Sette de Barros, permutou com a Imobiliária 70 lotes para construir as casas populares, em troca da urbanização completa do bairro, ou seja, luz, água, calçamento e esgoto. De acordo com o contrato, as obras já deveriam estar prontas desde dezembro de 88. Passados quase dois anos, nada foi feito até hoje. Garantem os moradores que quem assumiu o compromisso foi o

prefeito e, portanto, o atual prefeito tem obrigação de cumprir o contrato.

Para agravar ainda mais a situação, o Departamento de Obras fez uma nova medida dos lotes, alterando completamente o tamanho de cada um. Sem saber o porquê, os moradores procuraram José Maurício, engenheiro da Prefeitura, que não deu

informações concretas sobre assunto, chegando, inclusive segundo Luiz Carlos Martins Melo, a tratá-los com falta de educação.

O chefe do Departamento de Obras, Luiz Flávio, garantiu que terá uma solução nos próximos dias, assim que tiver uma conversa com o prefeito, Bartolomeu.

ANEXO RR - Novo Horizonte: mais acusações à Prefeitura. **Folha de Ponte Nova.** Ponte Nova: 24 jul. 1990, ano II. n.77. (p.08)

# Novo Horizonte: mais acusações à Prefeitura

O engenheiro Antônio de Pádua Rolla Senna, diretor da Hércules Imobiliária, esclareceu, nesta semana, sobre o aditivo feito ao contrato que sua empresa tem com a Prefeitura Municipal, garantindo que a alteração só foi aceita para não prejudicar os mutirantes do bairro Novo Horizonte, que ficariam em situação difícil caso a Hércules recorresse à Justiça para garantir o contrato original, assinado pelo ex-prefeito Sette de Barros. Antônio de Pádua afirma que na renegociação com a atual Administração, ocorrida há um ano atrás, a sua empresa cedeu 15 lotes e não 20, conforme disse José Maurício Pereira (veja edição anterior). Ele entende que a permuta feita no governo de Sette de Barros não foi nociva para o Município, visto que a Câmara Municipal aprovou por unanimidade a transação. "Até mesmo porque o engenheiro Luiz Flávio Campos, hoje na assessoria do prefeito, fez a avaliação do que estava concluído em termos de obras de infra-estrutura, para que se processasse a permuta. Na época, estávamos com 60 por cento das obras prontas", garante Antônio de Pádua.

"É de interesse da Hércules Imobiliária preservar o que foi tratado com os seus clientes", deixa claro o seu diretor. Os proprietários dos lotes não entendem por que a Imobiliária permitiu, no aditivo contratual, que a Prefeitura só

faça as obras de urbanização, quando forem concedidos 50% dos alvarás de construção por cada rua. Antônio de Pádua ressaltou que esse problema poderá ser contornado pelos donos dos lotes, buscando um entendimento com a Prefeitura, que forneceria as plantas e os alvarás, permitindo assim a conclusão das obras de urbanização.

Rolla dispara contra José Maurício dizendo que a permuta da área das casas populares pela conclusão da infra-estrutura do loteamento não foi ruim para a Prefeitura, mas sim a troca da área verde do loteamento Bela Vista por um barranco desmornado, feita na atual Administração, que assumiu com isto o ônus de qualquer acidente que possa ocorrer na rua Carlos Marques.

O radialista Marcos Dias, do Sistema Visão de Comunicação, esclarece que não foi ao bairro Novo Horizonte na tarde de 19/06, para verificar as condições das casas, porque o assessor de Imprensa, Geraldo Jannus, não conversou direito com ele, dizendo apenas que tinha "um negócio" naquela tarde e que o aguardaria no centro da cidade por volta das 14h30. Como o radialista tinha muitos outros afazeres, não pôde comparecer. O vereador João Brant voltou a atacar José Maurício, na sessão da Câmara, da última segunda-feira (veja reportagem nesta edição).



ANEXO SS - Telefone no Novo Horizonte. **Folha de Ponte Nova**. Ponte Nova: 14 jul. 1990, ano II n.80.

## Telefone no Novo Horizonte

Numa cerimônia bastante rápida e simples, como classificou o presidente da Associação de Moradores do Bairro Novo Horizonte, Maurício Rolim, foi inaugurado, na tarde de 07/07, o telefone público do bairro.

O prefeito Antônio Bartolomeu esteve no local, acompanhado dos vereadores João Brant e Zezé Bueno. O presidente Rolim justificou a falta de festa, afirmando que a instalação do aparelho

era urgente para a população, que fica muito isolada do centro da cidade.

Um pequeno número de moradores, presentes à inauguração, lembrou que muitas coisas já foram feitas no bairro, mas que existem serviços importantes a serem realizados, como por exemplo o abastecimento de água, transporte coletivo e o atendimento pelos Correios. Segundo Maurício Rolim, providências neste sentido já estão sendo tomadas. Na semana passada, um funcionário dos Correios esteve no bairro fazendo um levantamento para ver a possibilidade de colocar um carteiro e uma Caixa de Coletas. Para os moradores, a questão do abastecimento de água é vital para a população, que não pode viver sem ela. Daiva, secretária da Associação, lembrou que, apesar de faltar água nas torneiras, a conta chega regularmente, o que ela acha um absurdo.



Maurício Rolim, com alguns moradores do Novo Horizonte, na inauguração do telefone público.

## NOTAS

<sup>a</sup> No dia 24 de dezembro de 1988, circula o primeiro número do jornal "Folha de Ponte Nova". Era uma bem estruturada sociedade entre o jornalista José Carlos Itaborahy Filho, o professor João Batista Xavier e o empresário Francisco da Cruz de Carvalho. O primeiro retornara, formado, de Belo Horizonte para trabalhar no "Jornal de Ponte Nova", de propriedade de Francisco Eustáquio Salgado. Trabalhou depois em "O Município" e na "Folha da Mata", jornal da cidade de Viçosa, que esboçou, por algum tempo, uma versão pontenovense. O segundo que era também técnico da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, já tinha manifestado aptidão pelo jornalismo e pela política. O último tinha o "faro" de empresário. Ligado ao setor jornalístico, uma vez que era proprietário das bancas de jornal e distribuidor de editoras de revistas para Ponte Nova e região, Carvalho deu o suporte financeiro e logístico ao empreendimento. (RIBEIRO FILHO 1996, p.274)

<sup>b</sup> O referencial utilizado por Gohn (2008), é proveniente de pesquisas anteriores a respeito dos movimentos e lutas das camadas populares em diferentes regiões do Brasil, nas décadas de 1960-70 e 80. Um elemento teórico que está presente é a influência dos estudos históricos sobre as pesquisas realizadas pela autora nos anos 90, destacando-se os estudos da historiografia inglesa, Eric Hobsbawn e E.P. Thompson e de alguns pesquisadores do movimento francês da École des Annales, como George Rudé, Michel Vovelle e seu estudo sobre as mentalidades. Dividido em três ensaios, em um primeiro momento o livro estabelece um mapeamento das ações ocorridas nos séculos XIX e XX. O segundo ensaio trata de um estudo realizado sobre as reivindicações decorrentes de necessidades presentes no cotidiano das classes populares na Primeira República. Por fim é dada ênfase aos aspectos da cultura e da educação, onde é feito um resgate da cultura política nacional que se sedimentou ao longo dos séculos, decorrente da forma como se desenvolvem a relação povo-poder, em questões relativas às necessidades para a sobrevivência das diferentes camadas sociais no cotidiano do meio urbano.

<sup>c</sup> "A eleição de José Sette de Barros, de fato, representou a vitória de um PMDB de mudanças, de um PMDB que levava a oposição ao poder, destronando uma oligarquia, representada pela ARENA e pelo PDS, que vinha governando Ponte Nova há algum tempo. Foi uma vitória consagrada, uma votação histórica. Contudo, não se pode deixar de analisar o momento político nacional, no qual havia a tendência de se buscar, a todo custo, uma alternativa entre os quadros da oposição, e a oposição viável, na época, era o PMDB. (...) Os partidários do prefeito consideravam sua eleição um fato histórico inédito. Alardeavam que José Sette de Barros havia com seu carisma, sozinho, derrotado toda uma aristocracia, que há mais de cem anos vinha ditando os destinos de Ponte Nova. (...) a eleição de José Sette de Barros foi mais uma alternância no poder, dentre tantas outras que ocorreram em uma história política de mais de um século. (...) Sette de Barros usava toda a sua imaginação para criar situações inusitadas e determinar medidas radicais. Tinha grande experiência política e sabia, como poucos, atingir o grande público, com seu discurso vulgar e seu jeito bonachão. Outra característica sua era a facilidade com que se dispunha a criar polêmica. Por pouco, ou quase nada comprava uma briga, discutia e desacatava qualquer um que ousasse contrariá-lo. Dessa forma, não demorou muito a conseguir os primeiros adversários, políticos e inimigos pessoais".(RIBEIRO FILHO 1996, p.245-248).

<sup>d</sup> Rodrigues Neto e Lima (2007), consideram que, diferentemente do período de 1964 a 1985, cujo modelo de gestão urbana baseava-se na intervenção estatal a promulgação da Constituição de 1988 contribuiu para a expansão de experiências inovadoras no campo da gestão de políticas públicas. Essa nova situação seria marcada pela descentralização político-administrativa e financeira entre os entes federados, fortalecendo o papel dos municípios e lhes conferindo mais responsabilidades. Assim as relações entre Estado e sociedade ao longo da década de 90, são marcadas por um novo padrão de ação por parte do Estado que se caracteriza pela democratização do processo decisório. Esses autores defendem a idéia de que as respostas do Estado à questão urbana ganham contornos diversos segundo o grau de pressão, estratégias, articulação e vínculos estabelecidos nas relações com outros atores sociais. Assim ao integrarem um mesmo processo, estes atores sociais definem a si mesmos e ao seu relacionamento com outros interlocutores, visando à legitimação mútua das ações.

<sup>e</sup> Ao estabelecer um debate sobre a prática do mutirão enquanto forma de produção da moradia no Brasil Oliveira (2006), entende que no contexto da economia agrária brasileira o mutirão era uma forma tradicional de resolver o problema da habitação. Com a expulsão do trabalhador da propriedade pelo Agronegócio, a partir dos anos 70, essa prática se transfere para a cidade, contribuindo para a acumulação de capital que se processa através da autoconstrução, e do consequentemente rebaixamento do custo da reprodução da força de trabalho. Ao analisar a relação entre o trabalho informal e formal no atual contexto da revolução tecnológica considera-se que o primeiro contribui para uma superacumulação de capital uma vez que este não custa nada ao capital, embora contribua para a circulação de mercadorias. Assim o mutirão não ataca o problema da habitação pelos meios do capital e sim por meio dos trabalhadores. A inexistência de um mercado imobiliário junto às classes populares se dá em razão da habitação popular não possuir valor de troca e sim de uso, e da baixa renda do conjunto das populações pobres. Baseando-se em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (Pnad)



---

e do grupo de pesquisa USINA o autor mostra que a maior parte dos mutuários dos mutirões está abaixo da linha de pobreza e a maior parte está desempregada.

O mutirão só pode se tornar política pública se a maior parte da força de trabalho estiver desempregada, podendo assim utilizar as horas de folga para construir a própria habitação o que vai de encontro à idéia de transformar a construção da habitação em mercadoria. Além disso, essa solução funcionaliza a pobreza necessitando de um alto grau de coerção para que funcione, criando assim uma identidade que não existe, pois é baseada na carência.